

Centro de Convivência Virtual: potencialidades e desafios para a promoção da saúde e redes de afeto em tempos de pandemia

Virtual Coexistence Center: potentialities and challenges for health promotion and networks of affection in times of pandemic

Centro de Convivencia Virtual: potencialidades y desafíos para la promoción de la salud y las redes de afecto en tiempos de pandemia

Ariadna Patricia Estevez Alvarez^{1,a}

ariadna.alvarez@fiocruz.br | <https://orcid.org/0000-0003-1067-209X>

Neli Maria de Castro Almeida^{2,b}

neli.almeida@ifrj.edu.br | <https://orcid.org/0000-0002-9463-739X>

Claudia Osório da Silva^{3,c}

claudia.osorio.uff@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0001-8581-7842>

Marise de Leão Ramôa^{1,d}

marise.ramoa@fiocruz.br | <https://orcid.org/0000-0002-1337-703X>

Rita de Cassia Vieira Filippo^{4,e}

ritafileppo@id.uff.br | <https://orcid.org/0000-0003-2429-7657>

Isabella Cunha Alves da Silva^{3,f}

isabella_cunha@id.uff.br | <https://orcid.org/0000-0001-9183-1755>

Cláudia da Rocha Vieira^{3,g}

claudia_vieira@id.uff.br | <https://orcid.org/0000-0003-2966-3206>

Isabela Lopes Ferreira^{3,g}

isabelalf@id.uff.br | <https://orcid.org/0000-0001-8621-5229>

¹ Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

³ Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, Brasil.

⁴ Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

^a Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense.

^b Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

^c Doutorado em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz.

^d Doutorado em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

^e Graduação em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense.

^f Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense.

^g Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense.

RESUMO

A pesquisa apresentada neste artigo foi realizada com o objetivo de estudar as potencialidades e os desafios encontrados na convivência virtual para a continuidade do trabalho dos Centros de Convivência e Cultura (CECOs), que são pontos da rede de atenção psicossocial do SUS. O estudo se caracteriza como uma pesquisa-intervenção por meio da qual se investigou como a Agenda ConViver, através das 28 oficinas por ela ofertadas, pôde servir como uma ferramenta para promoção da saúde e o fortalecimento das redes de afeto no período da pandemia de covid-19 estudado. O método usado foi o grupo focal online com gestores, usuários e usuárias, oficinairos e a equipe de comunicação. Os resultados apontaram que a convivência virtual não substituiu a convivência presencial, mas que, quando balizados por uma ética afetiva e relacional, é possível reduzir os danos do isolamento social e promover saúde por meio do uso da tecnologia da informação e comunicação (TIC).

Palavras-chave: Política pública; Convivência; Isolamento social; Saúde mental; Covid-19.

ABSTRACT

The research presented in this article was carried out with the aim of studying the potentialities and challenges encountered in virtual coexistence for the continuity of the work developed by the Centros de Convivência e Cultura (CECOs), which are points of the Unified Health System (SUS) psychosocial care networking. The study is characterized as an intervention-research by means of which it was examined how the ConViver Agenda through the 28 workshops produced by it could serve as a tool for health promotion and strengthening of affection networks during the studied period of the covid-19 pandemic. The method used was the online focus group with managers, users, participants in workshops and the communication team. The results showed that the virtual coexistence cannot replace the face-to-face coexistence but that when it is guided by an affective and relational ethic it is possible to reduce the damage of social isolation and promoting health through the use of information and communication technology (ICT).

Keywords: Public policy; Coexistence; Social isolation; Mental health; Covid-19.

RESUMEN

La investigación presentada en este artículo ha sido realizada con el objetivo de estudiar las potencialidades y los desafíos encontrados en la convivencia virtual para la continuidad del trabajo de los Centros de Convivência e Cultura (CECOs), que son puntos de la red de atención psicosocial del Sistema Único de Salud (SUS). El estudio se caracteriza como unainvestigación-intervención por medio de la cual se ha examinado como la Agenda ConViver a través de los 28 grupos de actividades producidos por ella ha podido servir como herramienta para la promoción de la salud y el fortalecimiento de las redes de afecto durante el periodo de la pandemia de covid-19 estudiado. El método utilizado fue un grupo focal online con gestores, usuarios y usuarias, participantes de los grupos de actividades, y el equipo de comunicación. Los resultados mostraron que la convivencia virtual no puede reemplazar la convivencia presencial, pero que cuando se guía por una ética afectiva y relacional es posible reducir los daños del aislamiento social y promover la salud mediante el uso de las tecnologías de la información y la comunicación (TIC).

Palabras clave: Política pública; Convivencia; Aislamiento social; Salud mental; Covid-19.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Este artigo compõe o dossiê *Por uma Ética Interdisciplinar*.

Contribuição dos autores:

Concepção e desenho do estudo: Ariadna Patricia Estevez Alvarez, Neli Maria de Castro Almeida, Claudia Osorio da Silva, Marise de Leão Ramôa, Isabella Cunha Alves da Silva, Cláudia da Rocha Vieira, Rita de Cassia Vieira Filippo, Isabela Lopes Ferreira.

Aquisição, análise ou interpretação dos dados: Ariadna Patricia Estevez Alvarez, Neli Maria de Castro Almeida, Claudia Osorio da Silva, Marise de Leão Ramôa, Isabella Cunha Alves da Silva, Cláudia da Rocha Vieira, Rita de Cassia Vieira Filippo, Isabela Lopes Ferreira.

Redação do manuscrito: Ariadna Patricia Estevez Alvarez, Neli Maria de Castro Almeida, Claudia Osorio da Silva, Marise de Leão Ramôa, Isabella Cunha Alves da Silva, Cláudia da Rocha Vieira, Rita de Cassia Vieira Filippo, Isabela Lopes Ferreira.

Revisão crítica do conteúdo intelectual: Ariadna Patricia Estevez Alvarez, Neli Maria de Castro Almeida, Claudia Osorio da Silva, Marise de Leão Ramôa, Isabella Cunha Alves da Silva, Cláudia da Rocha Vieira, Rita de Cassia Vieira Filippo, Isabela Lopes Ferreira.

Declaração de conflito de interesses: não há.

Fontes de financiamento: Programa Inova/Fiocruz - Edital Respostas Rápidas Covid-19. PIBIC/CNPq/UFF.FAPERJ/UFF.

Considerações éticas: não há.

Agradecimentos/Contribuições adicionais: Ao Fórum de Centros de Convivência do estado do Rio de Janeiro pelo movimento vivo e em rede que possibilitou a criação do Centro de Convivência Virtual, mesmo nas condições tão adversas da pandemia do covid-19.

Histórico do artigo: submetido: 07 abr. 2022 | aceito: 11 jul. 2022 | publicado: 30 set. 2022.

Apresentação anterior: não há.

Licença CC BY-NC atribuição não comercial. Com essa licença é permitido acessar, baixar (*download*), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte, conferindo os devidos créditos de autoria e menção à Reciis. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.

INTRODUÇÃO

Se populações com maior vulnerabilidade social e afetiva há muito tempo lidam com o isolamento, hoje, tendo em vista que o distanciamento social é preconizado como uma medida de saúde pública para toda a população, de modo a reduzir o contágio pelo coronavírus, o isolamento social apresenta-se como uma questão de saúde mental mundial. Ao investigarem o impacto psicossocial do isolamento durante a pandemia, Bezerra *et al.* (2020) apontam para a necessidade de uma discussão ampliada dos determinantes sociais da saúde, envolvendo não só o adoecimento, mas considerando também as relações sociais, as manifestações culturais e a economia, que impactam a saúde mental. Lima (2020) considera que, em situações de epidemia, o número de pessoas psicologicamente afetadas costuma ser maior que o de pessoas acometidas pela infecção. Há estimativas de que entre um terço e a metade da população possa apresentar consequências psicológicas e psiquiátricas se não receberem cuidados (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020; ORNELL *et al.*, 2020).

Muito antes da pandemia da covid-19, os Centros de Convivência e Cultura (CECOs) já se dedicavam a enfrentar o problema do isolamento social, criando espaços de promoção de saúde nas cidades por meio do fortalecimento de vínculos e de redes de afeto entre os conviventes. As relações entre a produção de saúde e o trabalho realizado pelos CECOs não estão dadas ou estabelecidas *a priori* por uma agenda moral ou conservadora, mas, sobretudo, implicam eticamente práticas de cuidado atentas às circunstâncias singulares e historicamente localizadas que atravessam nosso campo de atuação.

De acordo com Castiel (2004), a promoção da saúde pode estar fundamentada em duas estratégias políticas que se distinguem: uma conservadora, que responsabiliza o indivíduo pela sua própria saúde atribuindo a ele papel central na prevenção e redução de riscos; e uma outra que seria libertária, no sentido de que procura mudar a relação entre cidadãos e Estado, buscando ações intersetoriais e participação nas políticas públicas. O CECO, a partir de práticas intersetoriais, se alia à segunda via e tem uma função estratégica de promover a saúde em um determinado território.

Os CECOs são pontos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), situados no componente da Atenção Básica do Sistema Único de Saúde (SUS), que são “estratégicos para a inclusão social das pessoas com transtornos mentais e pessoas que fazem uso de crack, álcool e outras drogas, por meio da construção de espaços de convívio e sustentação das diferenças na comunidade e em variados espaços da cidade.” (BRASIL, 2011)

Alvarez (2020) aponta que um CECO que faz um trabalho territorial aciona o centro de esportes do bairro, faz parceria com os equipamentos culturais, dialoga, organiza ações de trabalho – como feiras de economia solidária – e ocupa espaços de lazer na comunidade. Como dispositivo, ativa um convívio comunitário e produz “uma estratégia de composição, de avizinhamiento, experiências que podem reinventar a diferença entre isolamento e vida coletiva” (GALETTI, 2015, p. 20).

Os primeiros CECOs do Brasil surgiram na década de 1990, na cidade de São Paulo, no contexto da luta antimanicomial que, como movimento social, afirma o cuidado em liberdade, assim como o combate a toda forma de opressão na sociedade, em especial, das pessoas com sofrimento psíquico. Sabemos que, historicamente, essas pessoas foram excluídas dos espaços de sociabilidade e muitas delas violentadas nos manicômios ou hospitais psiquiátricos violadores dos direitos humanos. Ampliando essa proposta, os CECOs são serviços abertos a toda a comunidade, que oferecem diversas atividades artísticas, culturais, esportivas, educativas, de trabalho e economia solidária, de lazer, entre outras, com o propósito de promover a saúde no território e a autonomia do público-alvo.

Em 2018 foi iniciado, no estado do Rio de Janeiro, um movimento pela implementação dos CECOs (ALVAREZ; ALMEIDA; FIGUEIREDO, 2020) que, por sua vez, constituiu um Fórum Permanente de CECOs

do qual fazem parte pessoas usuárias, trabalhadoras, familiares, gestoras, estudantes, pesquisadoras, artistas e ativistas de diversos movimentos sociais. Esse Fórum foi responsável pela articulação entre a Frente Parlamentar em defesa da saúde mental e a luta antimanicomial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro que, em 14/06/2021, aprovou a Lei Nº 9323 que criou a Política Estadual de Centros de Convivência, definidos como dispositivos intersetoriais integrantes da Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde que oferecem espaços de sociabilidade, produção e intervenção na cidade.

Ativador de intersetorialidades, o CECO tem lançado mão da estratégia de avizinhamo, fomentando não só políticas públicas eticamente envolvidas na produção e no fortalecimento de redes socioafetivas como territórios produtores de saúde. No entanto, com a interrupção do funcionamento presencial dos CECOs e de outros serviços, ocasionada pelas medidas sanitárias de controle da covid-19 foi necessário criar outros modos de sustentar esse trabalho e outras formas de conviver.

Apresentaremos neste artigo os percursos de uma pesquisa-intervenção que nasceu no diálogo entre conviventes, em articulação com o Fórum Permanente de CECOs, com o propósito de achar uma solução para o problema do isolamento social que foi agravado durante a pandemia¹. Ao investigar as potencialidades e os desafios encontrados na convivência virtual para a continuidade das atividades dos CECOs, pudemos perquirir os efeitos e afetos que emergem nas práticas de saúde ao sustentar uma ética de convivência, mesmo quando impedidos de coabitar nos mesmos espaços geográficos.

APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

A análise teve como foco um recorte temporal de um período de três meses, de julho a setembro de 2020. Buscou-se olhar criticamente para o Centro de Convivência Virtual como ferramenta de acesso às ações de promoção de convivência e de saúde no contexto da pandemia no intento de identificar, em diálogo com gestores, oficinairos e participantes, quais foram as barreiras para o acesso e que modos de convivência as oficinas e atividades propiciaram. Buscou-se também investigar como o Centro de Convivência Virtual produziu impacto no que se refere à visibilização dos Centros de Convivência no estado do Rio de Janeiro, ou seja, de que maneira ele pôde contribuir para a construção das políticas públicas eticamente envolvidas com a saúde local.

Na experiência com os Centros de Convivência, consideramos que somos todas pessoas conviventes, ainda que ocupemos lugares distintos. Houve interesse em abrir um espaço de diálogo sobre uma experiência vivida em comum - a convivência virtual durante a pandemia por meio da Agenda ConViver - visando mapear os principais desafios e potenciais, mais do que identificar o grau de satisfação do usuário com uma determinada prática ou atividade. Este processo contou com a participação de todos os envolvidos, sendo parte do conviver o diálogo avaliativo sobre o processo de convivência.

Parte-se de uma concepção que entende a avaliação no campo da saúde como uma “estratégia de potencialização dos princípios do SUS - universalidade do acesso, integralidade do cuidado e equidade de ofertas - assim como de suas diretrizes - descentralização e regionalização da gestão dos recursos.” (PASSOS *et al.*, 2008, p. 210). Para isso, recorreremos aos grupos focais online (DUARTE, 2007), pois em grupo foi possível instaurar essa “convivência avaliativa” na pesquisa.

O grupo focal é uma técnica de pesquisa adotada com o propósito de obter informações de caráter qualitativo, em profundidade, acerca de um tema específico. (CRUZ NETO; MOREIRA; SUCENA, 2002).

1 Para a realização deste projeto, foi criado o portal www.centrodeconvivenciavirtual.com.br, um espaço na WEB para a divulgação da Agenda ConViver, veiculando uma programação comum de atividades online construída coletivamente e oferecida pelas seguintes equipes: Núcleo Convivências - IFRJ - Campus Realengo; Coletivo Convivências - UFRJ; Centro de Convivência Projad - UFRJ; Centro de Convivência e Cultura de Niterói; Centro de Convivência e Cultura de Carmo; Centro de Convivência e Cultura de Macaé; Centro de Convivência e Cultura Trilhos do Engenho; Centro de Convivência e Cultura da Zona Oeste; Centro de Convivência do Museu Bispo do Rosário.

Eles foram conduzidos pela equipe da pesquisa (uma dupla de coordenação de grupo e uma estudante observadora) com o uso de um roteiro semiestruturado organizado em quatro blocos: 1) os motivadores para o engajamento no projeto; 2) a experiência de trabalho no CECO Virtual; 3) impressões da participação do público atendido pelo CECO Virtual; 4) percepções no que se refere às políticas públicas para os CECOs.

Deste modo, sem renunciar à ideia de transversalização das relações na experiência, para a realização dos grupos focais online nos organizamos em quatro grupos diferentes: pessoas oficinairas, usuárias, gestoras e integrantes da equipe de comunicação do Centro de Convivência Virtual.

Os quatro grupos focais online da pesquisa contaram com a participação de um total de 40 sujeitos: 13 do grupo de oficinairos; 12 do grupo de gestores; 12 do grupo de usuários conviventes; três da equipe de comunicação. Os oficinairos atuaram no projeto com vínculo de bolsistas em um período de três meses e foram indicados pelas equipes dos CECOs de acordo com os critérios pactuados coletivamente que exigiam ter ensino médio completo, não ser servidor público, possuir habilidade artística-cultural, acesso à internet, e ter sido afetado economicamente pela pandemia. No grupo de gestores, contamos com a presença de coordenadores de cinco CECOs ligados ao SUS e três coletivos ligados a universidades, alguns deles com uma dupla de profissionais na função de coordenação. O grupo de usuários conviventes foi composto a partir do convite feito pelos oficinairos de cada atividade, a pedido da equipe de pesquisa, e do interesse e disponibilidade que expressaram. O grupo da equipe de comunicação foi composto pela designer gráfica que elaborou o site; pela profissional de suporte aos usuários, responsável por abrir as salas e estar online durante as atividades; e pela bolsista de apoio à equipe, responsável pela divulgação da programação.

O tempo médio de duração de cada grupo foi de duas horas. A plataforma online foi a mesma usada pela Agenda ConViver (Google Meets), ou seja, já havia familiaridade com o uso do aplicativo. As gravações foram transcritas e revisadas antes de procedermos à análise. Como material complementar, a pesquisa se valeu dos diários de campo confeccionados pelas estudantes de graduação em psicologia e serviço social que participaram dos grupos na função de observadoras e que são também autoras deste artigo.

A análise do material oriundo dos grupos focais e diários de campo, apresentada a seguir, foi realizada com base na técnica de pesquisa denominada análise de conteúdo, como concebida por Bardin (2015) e foi estruturada em três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados. Para o tratamento dos resultados, adotamos como um dos referenciais teórico-metodológicos, a linguística de Bakhtin (2003). Com este referencial, compreende-se que um enunciado responde tanto ao enunciado anterior de um participante do grupo da pesquisa quanto aos enunciados do coletivo profissional em que a atividade em análise está inserida, em diálogos internos e externos suscitados pelas questões e debates dos grupos focais. Deste modo, compuseram o objeto da análise os enunciados dos grupos focais em diálogo com autores que são referências na literatura sobre o tema da convivência e saúde mental.

RESULTADOS

Na Agenda ConViver, em 2020, foram oferecidas vinte e três modalidades de atividades e oficinas. No ano de 2021, com o fim dos recursos financeiros do projeto, e com a pandemia ainda em curso, algumas delas foram mantidas, outras suspensas e novas foram criadas; dessa maneira, dezessete atividades foram oferecidas ao público convivente. No período entre julho de 2020 e julho de 2021, a Agenda ConViver contou com um total de vinte e oito atividades oferecidas.

Destas 28 atividades, é possível especificar três categorias relacionadas ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC): 1) Ao vivo com oficinairo e grupo em sala fechada (Intervalo Musical, Cantos e Contos, Terapia Comunitária Integrativa, Capoeira, Dança do Ventre, Vidas em Rede, Meditação em movimento, *Tai-chi chuan*, Interarte/aula de libras, Horta, Dança Sênior, Tarde de histórias, Nossas Rodas de Conversa, Trilhando na Rede, Brincando de brincar, Central 22 - Delirando territórios, Cinedebate

Cecozo, Conversas com MBrac); 2) Ao vivo com transmissão em canal aberto (relaxamento, programa espaço da diferença, Conexão Redução de Danos, Papo Circo, Live do Cecozo, Sábado de Estrelas, Pausas e Pousos); 3) vídeos gravados previamente (aula de violão para iniciantes, aula de grafite, tutoriais de Inclusão Digital de Adultos e Idosos, Radio COMversar, Relâmpagos de poesias).

Do grupo focal de oficinairos participaram os responsáveis pelas atividades de tipo ao vivo da Agenda ConViver: Intervalo Musical; Tarde de histórias; Trilhando na Rede; Dança Sênior; Papo Circo; Horta; Interarte/aula de libras; Conexão Redução de Danos.

É válido destacar que, utilizando o recorte temporal de três meses (julho a setembro de 2020), foi computado um total de 1.942 acessos nas oito atividades, ao vivo, em grupo e com oficinairo, selecionadas para estudo na pesquisa.

Elegemos como eixos de análise as potencialidades e os desafios, e criamos duas categorias para apresentar os resultados a partir da exploração do material dos grupos focais: 1) Ética de Convivência nas oficinas da Agenda ConViver; 2) Trabalho dos Cecos em rede e territoriais.

Potencialidades e desafios: ética de convivência nas oficinas da Agenda ConViver

O termo convivência, no contexto dos CECOs, tem sido entendido como uma atividade de produção do comum (ALVAREZ; ALMEIDA; FIGUEIREDO, 2020), o que significa que, em meio a uma ética da convivência em que as singularidades podem entrar em composição, as diferenças entram em comunicação, as distâncias e aproximações entram em conexão nos encontros organizados em torno de fazer algo juntos. A convivência cria condições para o diálogo, a interação, o toque e o compartilhamento de afetos e saberes de forma que essas questões ganham formas de expressão potencializando a vida. Assim, na convivência são construídas novas formas de subjetividade e existência, ocorrendo a produção de saúde.

Podemos retomar a noção de saúde do filósofo e médico francês, Canguilhem (2007): “O homem sadio não foge diante dos problemas causados pelas alterações — às vezes súbitas — de seus hábitos, mesmo em termos fisiológicos; ele mede sua saúde pela capacidade de superar as crises orgânicas para instaurar uma nova ordem.” (p. 151). Dessa forma, para Canguilhem (2007), autor com quem nos aliamos, o conceito de saúde está ligado à criação de novas ordens, ou normas, diante das variabilidades da vida, em que nós viventes podemos exercitar nossa capacidade de nos recuperarmos de adoecimentos. A convivência atua no coletivo na produção de saúde, pois é na relação com o outro que somos apresentados a novas normas e formas de vivência, tendo nossa capacidade de agir potencializada.

Canguilhem afirma que o *páthos*, prefixo do patológico, diz respeito a um sentimento de vida contrariada, a um sofrimento que emerge quando não é possível renormatizar ao lidar com as mudanças trazidas pelos movimentos da vida. Adoecer e sofrer tem a ver com vida impedida. É nesse sentido que se entende que o isolamento social prolongado pode levar a condições adoecedoras, uma vez que, ao se isolar, o vivente se acha privado do contato com o outro, que é peça fundamental para os processos de renormatização e subjetivação que são relacionais e coletivos.

A convivência virtual tem sido compreendida como uma “arte de tecer redes com o trabalho afetivo antimanicomial” (ALVAREZ *et al*, 2021). Portanto, trata-se de uma aposta ética. Este trabalho afetivo impõe desafios de derrubar muros de preconceitos não só em relação a estigmas associados aos usuários dos serviços de atenção psicossocial, mas também no que diz respeito a uma recusa ao uso das TIC no cuidado em saúde.

No que toca a esta pesquisa, um dos maiores desafios da convivência virtual foi mapear as características do público participante. Quando o projeto é apresentado em eventos acadêmicos, é recorrente a dúvida em relação à participação do público, mais precisamente se quem frequentava os CECOs físicos antes da pandemia participava também das atividades do CECO Virtual. Essa é uma pergunta difícil de responder,

pois, se nos CECOs antes da pandemia já existia uma flutuação de público, que variava de acordo com a proposta da atividade, em uma oficina virtual em que é possível entrar e sair com apenas um clique, essa flutuação se torna ainda maior, dificultando a identificação do público.

Contudo, ao nos basearmos no formulário de inscrição respondido pelo site, há uma estimativa de que cerca de 40% dos participantes das atividades já conheciam e/ou frequentavam um dos CECOs, e que 60% dos participantes correspondiam a pessoas que souberam das atividades do CECO Virtual, no contexto da pandemia, por indicação de pessoas conhecidas ou por divulgação em redes sociais; estas pessoas nunca chegaram a colocar os pés em um deles presencialmente. Este é um indicador de que o CECO Virtual permitiu o acesso por pessoas que talvez não tivessem tido interesse se a atividade não fosse oferecida virtualmente, como é possível perceber no relato abaixo.

E assim, eu não tenho tempo de conviver, como outros falaram aí, nos passeios, não tenho tempo de tá convivendo lá e o virtual me dá a chance de ver a hora que eu posso, né? De eu ver ali: 'Ah eu posso ali, posso aqui.' ah, peraí eu vou fazer alguma coisa, desligo um pouquinho, vou ali faço e volto. Isso pra mim foi muito legal, muito importante! (Convivente 1).

Por outro lado, estimamos que boa parte dos que anteriormente frequentavam os CECOs não participaram da modalidade virtual. Há um reconhecimento de que existe uma perda significativa ao usar a TIC para conviver e não estar no espaço físico do CECO, como se vê na afirmação a seguir:

Assim... perde espaço. Porque antes, temos assim, de fato o Centro de Convivência e aqui é um celular de convivência, entende? Então, perde espaço. (Convivente 2).

O termo 'celular de convivência' criado na fala da convivente nos chama a atenção para a mobilidade da comunicação, nos leva a perguntar como a própria convivência pode ou não operar como uma prática de saúde, e também nos faz questionar os limites entre o que é público e o que é privado nessa modalidade de cuidado. Esse desafio em relação ao espaço que se traduz também na questão da privacidade, destaca as *nuances* que as atividades da Agenda ConViver realizadas em ambiente doméstico trazem para a convivência. Além de deixar de habitar o espaço físico do CECO, o fato de realizar a atividade em casa, na maior parte dos casos, coloca em cena uma concorrência com outras demandas e interferências que produzem algum grau de confusão e sentimento de estar se perdendo em meio a tantas informações.

É... são tantas coisas quando a gente tá dentro de casa, que além das lives, eu tenho o excesso de informação em casa, então a gente acaba se perdendo. (Convivente 3).

Esse excesso de informação e estímulos apontado pela convivente pode ser percebido em muitas situações em que a participação na atividade era interrompida. As interferências de diversos tipos, seja por outras pessoas moradoras da casa, por interfonos, campainhas, carros de som passando na rua, ou situações que desviavam o olhar, a escuta e a atenção plena na oficina em tela, exigiam um maior grau de concentração por parte dos conviventes.

Por outro lado, o fato de não precisar fazer um deslocamento físico potencializou a participação em atividades novas. Conviventes que antes estavam limitados às atividades de seu CECO de origem puderam participar de atividades de outros CECOs que fisicamente são muito distantes. Tiveram seu 'cardápio' de atividades amplificado através da Agenda ConViver, como podemos perceber no relato a seguir:

Então assim, ir pro Centro de Convivência por exemplo mais próximo daqui é o Nise da Silveira, longe... bem longe. É... a gente tá muito conectado com o Centro de Convivência de Niterói, outra cidade e a gente tá conseguindo fazer porque existe isso né, isso que é virtual, senão a gente não, a gente não conseguiria fazer isso. (Convivente 4).

Essa é uma das interessantes potencialidades do projeto, pois a diversificação da interação entre conviventes que originalmente pertenciam a diferentes grupos, permitiu a expansão e a troca entre eles, fortalecendo uma ética de convivência que aciona a dimensão coletiva da existência. Conviventes puderam conhecer outros conviventes de outras cidades do país, até mesmo de outros países compartilhando experiências e vivências, entrando em contato com pessoas de diversas culturas.

Parece que, esse projeto virtual realmente é muito interessante, porque pessoas de vários lugares que tão tendo acesso, né? (Convivente 5)

Outro ponto a ser tocado, é que Agenda ConViver possibilitou estar em contato, produzir arte e cultura, criando e fortalecendo redes de afeto de maneira coletiva. Neste sentido, o coletivo tem seu caráter inventivo ressaltado pela cultura, entendida como um conjunto de símbolos e signos produzidos pelo coletivo. A cultura possui o potencial de criar e reforçar territórios de pertencimentos. Por meio do CECO Virtual, foi possível expressar os distintos lugares ocupados no mundo. A arte está fortemente ligada à cultura, sendo vista como uma de suas formas de expressão. Segundo Nise da Silveira (2001), as expressões artísticas têm como função “permitir a expressão de vivências não verbalizáveis” (p. 146). Assim, nas obras de arte, são impressos subjetividades, afetos e sensações que transpõem a lógica racional e mecanicista imposta pela ordem social.

Acho que a arte, principalmente agora na pandemia, ela contribui e é muito importante e faz laços sociais com pessoas de diferentes lugares, diferentes situações subjetivas. Ela é muito acolhedora nesse sentido e muito próximo do Centro de Convivência onde não vemos diagnóstico, a gente não segrega, a arte tem esse poder. (Gestor 1).

A equipe dos responsáveis por conduzir as oficinas foi composta por oficinairos, que são trabalhadores com ensino médio, em sua maioria, e trazem seus saberes artístico-culturais em variadas modalidades (música, teatro, artes plásticas, dança, poesia, literatura, audiovisual, circo), construídas tanto em instituições de ensino quanto em experiências informais, como a prática em ateliês e outros espaços culturais. Deste modo, uma outra potencialidade que mapeamos foi o intercâmbio entre estes trabalhadores oficinairos das diferentes equipes de CECO. Isso promoveu observação e conhecimento de outros modos de oferecer as oficinas, produzir artes e atividades coletivas, de modo que o vínculo permanecesse vivo. Por exemplo, uma oficinaira compartilhou com os demais como foi que lidou com o público dos conviventes que não tinham internet, que saídas e invenções foram instauradas. Esse compartilhamento afeta, inspira e reverberou em outras equipes, viabilizando ações em parcerias e redes de afeto.

Depois veio uma questão que a gente falou ‘o que vamos fazer com os que não têm internet?’ A gente queria falar, de alguma forma, que estávamos aqui pensando neles e que isso ia acabar pra eles, que eles mantivessem a calma e os cuidados. Pensamos num projeto de cartas, a gente mandava cartas, e antes da internet a gente mandava carta. Pegamos o endereço deles em parceria com o Coletivo Convivências, e no grupo “se cuida daí que eu te cuido daqui” tinham conviventes que conseguiam estar virtualmente

conectados com a gente; então falamos da proposta e propusemos que eles mandassem carta pra quem não tinha internet; perguntamos: o que vocês gostariam de falar com eles? E então construímos essa carta juntos. A gente fez um compilado, tiramos um pouquinho de cada um, finalizamos a carta e enviamos essa carta coletiva para os clientes que não tinham acesso a nenhum contato. (Oficineira 1).

Nos encontros de ideias (reuniões semanais de equipe nos primeiros seis meses), os gestores também compartilhavam as dificuldades que encontravam no cotidiano devido às condições de trabalho precarizadas dos CECOs e as saídas possíveis encontradas, construindo uma rede de apoio mútuo. A constância das reuniões como um espaço de cogestão do projeto permitiu uma aprendizagem coletiva de toda equipe de como usar as TICs, e também a criação de um novo espaço de diálogo entre equipes que não existia antes.

E foi justamente isso da criação de vínculo que a gente conseguiu criar essa afetação [sic], criar esse espaço que a gente perdeu no presencial. (Oficineiro 2)

Portanto, os desafios e potencialidades das oficinas da Agenda ConViver são atravessados pelas diferentes visões e posicionamentos que se têm em relação ao projeto. Se, por um lado, há uma perda ao deixar de ocupar o espaço físico do CECO, e limitações para realizar as oficinas em casa, há ganhos em relação à ampliação do público alcançado, à diversificação da oferta de atividades para um mesmo convivente dispensando o deslocamento, à disseminação do trabalho de arte e cultura dosicineiros, e à criação de um espaço de diálogo coletivo em que uma nova forma de produzir vínculos, promover saúde e convivência reiteram uma ética das políticas públicas que nos interessa no presente.

Potencialidades e desafios no trabalho dos CECOs em rede e territorial

A noção de território adotada está fundamentada nas contribuições de Milton Santos (1996), assim como de Deleuze e Guattari (1995, 2010). Segundo Haesbaert e Glauco (2009), Deleuze e Guattari são autores que utilizaram o conceito de território e de processos de desterritorialização e reterritorialização como ferramentas tanto para a compreensão das práticas sociais, como para a construção de um projeto político que promova “(...) libertação dos desejos, dos corpos, da arte, da criação e da produção de subjetividade.” (2009, p. 03). A fertilidade da noção de território potencializa a reflexão em torno da reforma psiquiátrica e de seus dispositivos, como é o caso dos Centros de Convivência. Os espaços de convivência podem promover o que Guattari chamou de desterritorialização subjetiva. Desterritorializar é o mesmo que “abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 323).

A própria construção do projeto CECO Virtual enquanto dispositivo pode ser vista como um movimento de desterritorialização, no sentido da criação de linhas de fuga e de desinstitucionalização de saberes, pois o mesmo surge de uma proposta de um convivente, por entender que o isolamento social necessário e fundamental no contexto da pandemia iria inviabilizar o espaço físico de convivência e que isso agravaria os danos à saúde mental. A potencialidade do CECO Virtual como desterritorialização pode ser observada nas falas de; gestores durante um dos grupos focais:

[...] a gente desterritorializar do que a gente fazia e territorializar por aqui, isso permite um outro agenciamento, permite uma novidade e toda novidade pode ser impulsionadora, pode ser criativa, ela nos joga em algo que a gente não fazia antes. Eu acho então nesse sentido, eu vejo muita potencialidade nisso que a gente fez, isso não é substituir nem nada, mas acho que se torna uma forma que pode ser agregada, integrada dentro das ações. (Gestor 2)

Deste modo, os territórios virtuais não são entendidos como substitutos dos territórios físicos dos CECOs. Eles passam a ser vistos como territórios novos que se somam ao trabalho, são territórios que os CECOs podem ocupar com sua presença de variadas formas, ofertando diversas modalidades de se conviver e criar redes.

Nós descobrimos graças à pandemia, que algo de bom tem que trazer, que a gente ainda pode potencializar, de uma maneira exponencial nossa presença no território; seja oferecendo um serviço, seja pela empatia e multiplicação que a gente pode conseguir através de nossa presença nas redes. (Gestora 3).

A categoria de rede no campo da Saúde Mental Coletiva se sustenta a partir do saber da geografia. A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) se dá no território geográfico, no que concerne à sua topografia e sua topologia. Porém, também entendemos a importância do conceito de rede, que surge a partir da teoria da informação, pois a cibercultura pode promover a articulação da intelectualização e da solidariedade, apesar de termos ainda hoje um grupo muito grande de pessoas privadas de acesso à rede digital. A inovação atende a interesses coletivos e individuais reorganizando relações, produzindo novos espaços e modos de participação e ocorre por meio da relação humana com as tecnologias digitais. (LATOURE, 1994).

O centro de convivência virtual foi uma inovação, fruto da flexibilidade de normas e arranjos dos recursos que se tornaram escassos em decorrência da crise sanitária do coronavírus, pois para novos tempos tornam-se necessárias novas tecnologias. Por isso, fez-se uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs). As TICs são representações máximas da ideia de um mundo como uma 'teia' de relações e têm na internet sua expressão máxima (SOMMER; PINHO, 2017).

Acho que a gente tem a questão que é a questão da sobrevivência, não só do Sistema Único de Saúde, mas a sobrevivência de todas as redes formativas do serviço público que também estão em xeque nesse momento. (Gestora 4).

No Conexão RD [Redução de Danos] antes do Centro de Convivência Virtual a gente tava meio perdido, não sabia como seriam os trabalhos, foi quase como uma porta fechada, e o Centro de Convivência Virtual foi essa porta abrindo pra gente voltar a se engajar na extensão e buscar outros caminhos na conexão com os usuários. Pro usuário de saúde mental e pra gente também não tem muito isso de ter um intervalo de pausa, né? A gente tem que continuar trabalhando e fortalecendo esse lado social. E o Centro de Convivência Virtual foi justamente essa oportunidade que deu muito certo. No início a gente não sabia como seria, a gente estava com uma , entrar em contato, e os celulares que a gente recebeu mais no final deram uma grande ajuda. (Gestora 5)

Eu acho que o CECO virtual foi potencializador de parcerias, conhecimento e fortalecimento da rede. A gente fala de fortalecimento de vínculo, ele permitiu a continuidade dele, assim como permitiu inclusive ampliar as outras possibilidades da gente conhecer o trabalho um do outro. (Gestor 2)

A visibilização do projeto CECO virtual e a articulação entre diversos CECOs, além do Encontro Nacional de CECOs² em abril de 2021, puderam fortalecer tanto a ideia da importância da produção de uma cultura de rede no campo da saúde mental, como a necessidade da proposta de uma política nacional de CECOS, ou seja, o global e o local convivendo lado a lado, o que Quéau (2001) chamou de cultura glocal.

2 Evento nacional organizado pelo Fórum Permanente de Ceccos do estado do Rio de Janeiro, em homenagem aos 20 anos de aprovação da Lei Nº 10.216/2001.

Animadas por fluxos, que dominam o seu imaginário, as redes não prescindem de fixos – que constituem suas bases técnicas – mesmo quando esses fixos são pontos. Assim, as redes são estáveis e, ao mesmo tempo, dinâmicas. Fixos e fluxos são intercorrentes, interdependentes. Ativas e não-passivas, as redes não têm em si mesmas seu princípio dinâmico, que é o movimento social. Esse movimento tanto inclui dinâmicas próximas locais, quanto dinâmicas distantes, universais, movidas pelas grandes organizações. Ao mesmo tempo globais e locais, as redes também são unas e múltiplas (SANTOS, 1996, p. 221).

Para Guattari (1992 *apud* LIMA; YASUI, 2014), há na sociedade contemporânea uma homogeneidade capitalística e, com Deleuze, desenvolve a noção de heterogeneidade, no sentido de produção da diferença, daquilo que escapa ao que já está instituído. Podemos pensar na possibilidade, a partir da experiência do projeto CECO Virtual, de desenvolvermos uma cultura de rede a partir das TICs, mas que não se resume somente a elas?

Eu acho que tem que continuar, a pandemia acabando ou não, mediante uma forma mais estruturada pra pessoas que já estão presentes online e para aquelas que vão estar presencialmente. Para não sentir tanta diferença assim quando for pro presencial, entendeu? manter o mesmo nível, entendeu? É isso que eu pretendo que aconteça, que possa acontecer, ter o mesmo nível da presencial e online também. (Convivente 6).

As falas dos conviventes apontam para a importância da criação de redes locais que se articulem, criando uma rede global, que seria pautada na solidariedade, no afeto, pois podemos dizer, a partir de Quéau (2001), que a informação não leva, necessariamente, ao conhecimento e à construção de cultura. A cultura é o que nos dá meios de agir para efetivar mudanças no mundo.

Essa rede de conexões permitiu que barreiras fossem superadas para que os CECOs pudessem se manter e novos conhecimentos e técnicas pudessem ser (a)colhidos, para garantia de sustentação de uma rede e de um território topológico, cujos limites são afetivos, históricos, culturais e socioeconômicos e indicam que a aposta na territorialidade preserva uma perspectiva ética a ser sustentada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa-intervenção apresentada neste artigo se configurou como um espaço de produção de conhecimento sobre (1) a incorporação de novas tecnologias de convivência em um contexto de isolamento social diante da gravidade da pandemia de covid19; (2) as dimensões afetivas em redes virtuais de convivência; (3) os sentidos de território em experiências virtuais; e (4) as éticas de convivência como dispositivos coletivos de cuidado de si e do outro.

O desenvolvimento de um Centro de Convivência virtual abriu caminhos potentes para dimensionar melhor os circuitos de afetos em redes digitais de comunicação, assim como lançou luz sobre os processos de exclusão digital a que muitos usuários da rede de serviços de saúde mental estão submetidos. As falas significativas dos membros dos grupos focais foram apontando o recurso das TICs como ferramentas capazes de manter e produzir vínculos afetivos, produzindo espaços efetivos de conviver/ser em dinâmicas coletivas de trocas com outros conviventes, apontando para uma potente ética de convivência em funcionamento no ínterim das políticas públicas.

Também foi possível identificar nos enunciados dos participantes da pesquisa, a partir das TICs, a existência de uma operação complexa de ‘desterritorializar o território’ da convivência, na medida em que a convivência passou a acontecer em espaços sem fronteiras geográficas. De maneira simultânea, foi preservada a ideia da necessidade de Centros de Convivência presenciais, ou seja, a experiência da convivência virtual não deve

substituir a presencial. O que aponta para a existência de uma ética da convivência envolvida nas ações das políticas públicas em saúde que não se resume aos equipamentos de atenção ou ao seu território geográfico.

A pesquisa realizada também garantiu uma reflexão sobre a importância de políticas de convivência como dispositivos coletivos de cuidado, uma vez que é possível identificar, nas falas dos participantes, atribuições de valores positivos às experiências de convivência. Neste sentido, a exclusão digital foi sinalizada pelos próprios participantes como um fator associado à reprodução das desigualdades sociais por não ter viabilizado o acesso de grande parte dos conviventes às atividades oferecidas pela Agenda ConViver.

Os resultados obtidos pela pesquisa nos permitem afirmar, ainda, que novos estudos poderão trazer outros aspectos não analisados neste momento, e que as políticas públicas, quando relacionadas com as éticas de convivência, podem ocupar um lugar estratégico nos processos de consolidação da Reforma Psiquiátrica brasileira, demandando o delineamento de um campo específico de reflexão, de estudos e de formação profissional para o dispositivo político da convivência humana no que diz respeito à saúde mental.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Ariadna Patricia Estevez. **Convivência como atividade de produção do comum: Cartografias com Centros de Convivência**. 2020. 272f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

ALVAREZ, Ariadna Patricia Estevez; ALMEIDA, Neli Maria de Castro; FIGUEIREDO, Angela Pereira. Por uma política da convivência: movimentos instituintes na Reforma Psiquiátrica Brasileira. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 127, p. 1300-1311, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202012725>. Disponível em: <https://scielosp.org/article/sdeb/2020.v44n127/1300-1311/>. Acesso em: 07 abr 2022.

ALVAREZ, Ariadna Patricia Estevez *et al.* Convivência Virtual: a arte de tecer redes com o trabalho afetivo antimanicomial. **Revista GEMInIS**, São Carlos, v. 11, n. 3, p. 87-107, 2021. Disponível em: <https://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/566>. Acesso em: 07 abr 2022.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Portugal: Edições 70, 2015.

BEZERRA, Anselmo César Vasconcelos *et al.* Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de covid-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, supl. 1, p. 2411-2421, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.10792020>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020006702411&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 abr 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2011. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html. Acesso em: 19 jul. 2022.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CASTIEL, Luis David. Promoção de saúde e sensibilidade epistemológica da categoria comunidade. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 38, n. 5, p. 615-622, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102004000500001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/fw6bG5xyf9vrsD9xrPrW5HB/?lang=pt>. Acesso em: 07 abr 2022.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M. Grupos focais e pesquisa qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., Ouro Preto, 04-08 nov. 2002. **Anais [...]** Campinas: ABESP, 2002

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **O anti-Édipo**. São Paulo: Ed. 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Mil Platôs**. São Paulo: Ed. 34, 1995.

DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal. Grupo focal online e offline como técnica de coleta de dados. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 75-85, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/487/1467>. Acesso em: 07 abr. 2022.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Fiocruz Brasília. Centro de estudos e pesquisas em emergências e desastres em saúde. **Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia covid-19: recomendações gerais**. Brasília: Fiocruz, 2020.

GALLETTI, Maria Cecília. Qual o lugar dos Centros de Convivência na rede substitutiva? *In*: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. **Centros de convivência e cooperativa**. São Paulo: CRP-SP, 2015. p. 19-22. (Cadernos Temáticos CRP-SP, 15).

GUATARRI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

HAESBAERT, Rogério; GLAUCO, Glauco. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 07-22, 2009. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2002.v4i7.a13419>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13419>. Acesso em: 07 abr. 2022.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LIMA, Elizabeth Maria Freire de Araújo; YASUI, Silvio. Territórios e sentidos: espaço, cultura e cuidado na atenção psicossocial. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 102, p. 593-606, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5935/0103-1104.20140055>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/QbbzS8wB6xFWrmKHPKCNRMb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 07 abr. 2022.

LIMA, Rossano Cabral. Distanciamento e isolamento sociais pela Covid-19 no Brasil: impactos na saúde mental. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. e300214, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300214>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/nyq3wrt8qpWFsSNpbqYXLWG/?lang=pt#>. Acesso em: 07 abr. 2022

ORNELL, Felipe *et al.* “Pandemic fear” and covid-19: mental health burden and strategies. **Brazilian Journal of Psychiatry**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 232-235, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1516-4446-2020-0008>. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbp/a/WGD9CnJ95C777tcjnkHq4Px/?lang=en>. Acesso em: 07 abr 2020.

PASSOS, Eduardo *et al.* A dimensão instituinte da avaliação. *In*: ONOCKO-CAMPOS, Rosana Teresa *et al.* (org.). **Pesquisa avaliativa em saúde mental: desenho participativo e efeitos da narratividade**. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 249-277.

QUÉAU, Philippe. Cibercultura e info-ética. *In*: MORIN, Edgar (org.). **A religião dos saberes: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 460-480.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVEIRA, Nise da. **O mundo das imagens**. São Paulo: Ática, 2001.

SOMMER, Márcia Regina Ribeiro Gomes; PINHO, Maria José de. Tecnologias da informação e comunicação e o paradigma educacional emergente: em favor de uma formação transdisciplinar. **Revista Observatório**, Palmas, v. 3, n. 5, p. 301-320, 1 ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n5p301>. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3539>. Acesso em: 07 abr. 2022.